

PRÁTICAS INCLUSIVAS NO ENSINO FUNDAMENTAL: O PAPEL DO DOCENTE NOS ANOS INICIAIS

Conceição de Maria Isaias Freitas¹

Roberta da Silva Lopes²

Rosangela Augusta da Silva³

Davi Libânio de Mélo⁴

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é investigar as práticas inclusivas e o papel do docente nos anos iniciais. Para que isso de fato aconteça, faz-se necessário o docente ser ativo tendo como foco a construção do desenvolvimento no cotidiano da criança no Ensino Fundamental. Desta forma, a metodologia utilizada neste trabalho tem como perspectiva a pesquisa qualitativa, na qual os instrumentos adotados foram uma pesquisa de campo em uma instituição de rede privada, situada no município de Escada. A escolha dos sujeitos se deu pelo tempo de serviço, sendo denominadas como P₁, P₂ e P₃. Diante da pesquisa realizada, é constatado que há conhecimento da importância das práticas desenvolvidas na sala de aula, desde o planejamento até o desenvolvimento das atividades, porém há um desconhecimento de como atribuí-la no dia a dia no ensino regular. Por meio dos dados coletados, compreende-se que a hipótese foi confirmada, uma vez que as docentes apresentaram respostas claras diante dos questionamentos, evidenciando que quando o docente desenvolve as práticas inclusivas gera aprendizagem significativa e conseqüentemente a inclusão da criança no ensino regular.

Palavras-Chave: Ensino Fundamental. Práticas Inclusivas. Docência.

3537

ABSTRACT: The objective of this research is to investigate inclusive practices and the role of teachers in the initial years. For this to actually happen, it is necessary for the teacher to be active, focusing on building development in the child's daily life in Elementary School. Thus, the methodology used in this work has a qualitative research perspective, in which the instruments adopted were field research in a private institution, located in the municipality of Escada. The subjects were chosen based on their length of service, and were named P₁, P₂ and P₃. In view of the research carried out, it is clear that there is knowledge of the importance of practices developed in the classroom, from planning to the development of activities, but there is a lack of knowledge of how to attribute this to everyday life in regular education. Through the data collected, it is understood that the hypothesis was confirmed, since the teachers presented clear answers to the questions, showing that when the teacher develops inclusive practices, it generates significant learning and consequently the inclusion of the child in regular education.

Keywords: Elementary Education. Inclusive Practices. Teaching.

¹Graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade da Escada-FAESC.

²Graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade da Escada-FAESC.

³Graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade da Escada-FAESC.

⁴Orientador, Doutor em Ciências da Educação. UFAL.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a educação tem avançado em vários aspectos, principalmente por conta de documentos norteadores que garantem a implementação da educação como direito de todo indivíduo, de qualquer faixa etária e condição especial, mas nem sempre foi assim, visto que a educação igualitária só passou a ser direcionada de forma correta a partir da criação da Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação de nº 9394/96.

Mesmo com a importância destes documentos para a educação como um todo, a Educação Especial conquistou seu espaço, embora houvesse práticas na sociedade de inclusão dentro e fora do ambiente educacional. E foi justamente pelo anseio da inclusão escolar que houve necessidades de preparar o alunado e o professor para este momento.

Sabe-se que o professor é norteador no processo de ensino aprendizagem e facilitador nas práticas de interação social, portanto torna-se importante que ele seja preparado da melhor forma possível para atender as crianças portadoras de alguma necessidade especial, bem como fazê-la sentir peça importante naquele espaço de convívio.

De acordo com a Lei de Diretrizes da Educação (Brasil, 2001, p.25-26): A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Assim, os ambientes educacionais precisam visar uma prática que não segregue ou exclua, mas que inclua.

3538

Baseado neste contexto, torna-se importante dispensar práticas superficiais de inclusão, porém considerar as singularidades de cada sujeito. Assim questiona-se: **Qual o papel do docente e de suas práticas inclusivas no Ensino Fundamental?**

Neste sentido, destaca-se a seguinte hipótese: o docente e suas práticas são sem dúvidas o caminho para que essa inclusão aconteça, assim, torna-se fundamental estimular a aprendizagem e o desenvolvimento, apesar das dificuldades pessoais, institucionais ou sociais que se apresentam. Portanto, compreende-se que o docente não pode ser apenas um transmissor, mas um agente que promove a integração do aluno e desenvolve práticas inclusivas com base nas singularidades de cada um, tendo em vista a importância dos aspectos que compõem os indivíduos.

Diante disto, destaca-se como objetivo geral: O objetivo desta pesquisa é: Investigar as práticas inclusivas e o papel do docente nos anos iniciais. Nesta perspectiva para responder o composto estudo resta-se como específicos: Identificar práticas inclusivas no Ensino

Fundamental; Verificar atividades que incluam o alunado no Ensino Fundamental e Analisar a importância do uso de práticas inclusivas para a aprendizagem no Ensino Fundamental.

Justifica-se este tema pelas observações em campo de estágio supervisionado, visto que, faltavam práticas inclusivas por parte do professor dentro da sala de aula. Infelizmente a ausência dessa inclusão resultava em uma não aprendizagem por parte do discente, sabendo que a inclusão é primordial para que de fato o alunado sintam-se encaixado naquele contexto.

Assim, professor que é preparado para os momentos de inclusão pensa em práticas educacionais que atinjam os discentes respeitando suas limitações, mesmo com todos os desafios que possam surgir. Afinal, ele é apenas mediador no processo de aprendizagem e o aluno é o principal naquele momento. Assim, somente com a

inclusão acontecendo de verdade, o aluno vai estar devidamente sendo atendido nas suas especificidades.

Compreende-se que o professor precisa permitir que todos em sala de aula atinjam os mesmos objetivos, mesmo se as práticas para o fazer seja diferente. Nos ambientes de inclusão, deve-se manter o foco no objetivo de aprendizagem, em vez de colocá-lo na atividade para segregá-lo. Diante disto, o professor deve fornecer meios para que as necessidades dos alunos sejam contempladas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ensino Fundamental no Brasil: Reflexões sobre o contexto histórico

A educação brasileira perpassou durante anos por muitos desafios, entre eles a implementação de uma educação de qualidade. Todavia, essa perspectiva muda conforme o tempo passa e o mundo vem se desenvolvendo gradativamente, com isso a educação desenvolve-se com ele. Para tanto, faz com que se repense na estruturação de um ensino e de como vem sendo implementado nas salas de aula sobretudo no Ensino Fundamental.

Assim, como a Educação Infantil é uma base indispensável na construção do desenvolvimento de competências validas para uma criança, e o Ensino Fundamental, torna-se a consolidação dessas construções desenvolvidas logo no primeiro contato que a criança tem na escola. Como o próprio nome diz é algo fundamental, ou seja, relevante, primordial e fundamental.

Segundo a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4024/61, no artigo 27: O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos. Para os que o iniciarem depois dessa idade

poderão ser formadas classes especiais ou supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento (Brasil, 1961). Todavia, mesmo com essa perspectiva, ainda continuava apresentando problemas ao Ensino Fundamental, tendo em vista a escolarização na época. Depois de muitas mudanças, lutas e embates de leis na educação brasileira, o Ensino Fundamental, fica numa situação na qual é visto de forma correta.

Historicamente, acontece à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394 de 1996, que é norteadada pela Constituição Federal de 1988, assim, ambas conseguem unir a eficiência da educação brasileira, tornando direito de todos os cidadãos. Embora tornado lei, ainda houve desafios a serem enfrentados e grandes mudanças foram feitas na lei para beneficiar o ensino no Brasil.

Atualmente, o Ensino Fundamental é composto por nove anos, sendo eles iniciais e finais, no qual são visados valores, direitos e deveres. É justamente nesta etapa que também são trabalhados a autonomia e respeito, consolidando o que foi visto na base, além de leitura e escrita. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394 de 1996 ainda prevê que os ambientes educacionais viabilizem práticas pelas quais o aluno demonstre interesse, algo implementado por meio de metodologias ativas, como projetos de ensino, aprendizagem baseada em problemas, dentre outras metodologias.

Breve Histórico da Educação Especial no Brasil

Ao longo do desenvolvimento na educação no Brasil, têm-se o importante olhar voltado para a Educação Especial, que resultou em avanço nas políticas educacionais. Durante anos, foram tidos vários paradigmas e preconceitos que contribuíram para a discriminação das pessoas especiais no Brasil.

Historicamente, a educação especial brasileira foi tida de forma assistencialista de forma que não havia importância no ensino aprendizagem, mas era algo tido como inviável já que as crianças eram especiais e as condições na época não contribuíam e havia descrédito de aprendizagem por parte deles. Somente em meados do século XX, teve início de atendimentos adequados.

Categoricamente em 1854, foi fundado um instituto para meninos cegos e em seguida criado um instituto para meninos surdos, ambas objetivavam uma educação para essas crianças. Com isso, em 1883 houve o primeiro congresso que visava o currículo e formação adequada para os professores lidarem com essas crianças na época.

O Brasil, desde 1961, garante educação de alunos deficientes na rede comum de ensino e, em 1996, reforçado pela Declaração de Salamanca (1994), também preconiza atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades educacionais específicas, preferencialmente na rede regular de ensino. Assim, Mantoan (2002, p.86) enfatiza a inclusão é uma definição que emerge da complexidade, dado que a interação entre as diferenças humanas, o contato e o compartilhamento dessas singularidades compõem a sua ideia inicial. Mesmo com várias mudanças é impossível pensar no avanço da Educação Especial Brasileira sem o apoio da Legislação e das Políticas Públicas, já que se faz necessário saber quais direitos são garantidos, o que implica a cada um, de modo que se possa avaliar de maneira coerente a construção de uma sociedade inclusiva.

Em suma, as políticas educacionais firmadas para amparar a Educação Especial no princípio inclusivo teve início com a Constituição Federal de 1988, ao garantir o direito à educação para todos. Entretanto, as utilizações somente foram desenvolvidas a partir da Declaração de Salamanca de 1994, já que ela era um documento de política educacional relacionado à educação especial.

De fato, a Educação Especial Inclusiva tornou-se notória a partir da Declaração de Salamanca (1994), da Constituição em 1988 e da LDB em 1996, as transformações têm ocorrido nos âmbitos que dizem respeito ao ambiente educacional. Neste sentido, em sua implementação, nos sistemas de ensino a inclusão passa ser correlacionada à educação de pessoas com deficiência e à Educação Especial, o que de certa maneira, acabou por se traduzir pela garantia de matrícula em salas regulares, sendo que, em diversos contextos, não foram consideradas as necessidades específicas das crianças.

Com isso, em 1990 houve a criação do Estatuto da Criança e Adolescente, junto a ela foi criado a Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, garantindo o atendimento educacional especializado de preferência em ensino regular. Com o tempo passado, e os avanços acontecendo, em 2019 e 2020, foram épocas marcadas pela criação da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, garantindo acessibilidade as crianças especiais de forma adequada.

O docente e a implementação de práticas inclusivas no Ensino Fundamental

A educação especial inclusiva é um desafio desde os tempos antigos, e atualmente, mesmo com os documentos norteadores e com as legislações que asseguram, embora tenha-se tido avanço, ainda sim, continua atrasado, no que diz respeito as políticas públicas de qualidade.

Sebastián Heredero (2010), declara que com as práticas inclusivas almeja-se garantir condições para que todos os alunos aprendam e obtenham êxito na escolarização no ensino regular. Além disso, o autor destaca que estes alunos serão escolarizados com estudantes da mesma idade cronológica possibilitando, portanto, a convivência em um cenário semelhante ao que se desenvolve. Para garantir isso, o acesso não é o suficiente; é preciso garantir qualidade e permanência dos estudantes com necessidades educacionais especiais desenvolvendo práticas educativas inclusivas em vários níveis, com mudanças de estratégias desde a escola até a sala de aula.

Nesta visão, é importante salientar a importância do docente e das práticas inclusivas dentro da sala, para que os alunos se sintam parte naquele ambiente, fazendo com que a permanência seja desenvolvida de forma prazerosa, e não apenas mecanizada. Assim, para que haja de fato a inclusão por meio dessas práticas, todo processo de ensino precisa se adequar de fato às ideias desta inclusão educacional, visando os limites e habilidades de cada aluno.

Toda prática educacional começa no planejamento e conclui-se no final dos objetivos alcançados na sala de aula, e para que isso seja realmente alcançado, é necessário adequar esses objetivos na realidade da turma, organizando os elementos de um planejamento para que a inclusão seja inserida no dia a dia do contexto escolar. Ademais, Ainscow e Miles (2013) apresentam a inclusão como um processo, no qual é necessário que todos os estudantes com necessidades especiais aprendam e isso se traduz em práticas educativas inclusivas.

3542

Sob a ótica de uma visão inclusiva, os docentes devem e precisam estar aptos para desenvolver a inclusão desde o planejamento até o momento da realização das atividades propostas. Para isso acontecer, é necessária a quebra de paradigmas e mudanças na concepção de ensinar. Os educadores precisam primeiramente estar convencidos, sensibilizados para o trabalho com a diversidade. Reis e Silva (2011), afirmam a ideia de que: o docente deve aprimorar os conhecimentos sobre como lidar com as características individuais de cada aluno, a fim de planejar aulas que levem em conta tais informações e necessidades. (2011, p.11).

Diante deste contexto, a prática do docente está inteiramente ligada ao desenvolvimento do aluno, tendo ele alguma especificidade ou não. Ademais, é obrigação do docente colocar como centro o aluno e suas habilidades a fim de que elas sejam estimuladas para um bom desenvolvimento gradativo no processo de ensino aprendizagem de forma significativa pois as atividades propostas devem despertar a curiosidade do aluno.

METODOLOGIA

A metodologia é de suma importância para a pesquisa uma vez que dar sustentabilidade ao trabalho desenvolvido, bem como aos dados apresentados. Assim ela é tida como um texto detalhado de como será percorrido toda execução do trabalho de pesquisa. Portanto, pode-se afirmar que ela é indispensável para nortear todo trabalho desenvolvido.

Desta forma, a metodologia utilizada neste trabalho tem como perspectiva a pesquisa qualitativa, na qual os instrumentos de pesquisa adotados foi uma pesquisa de campo. Moreira (2002, p.43) diz que, a pesquisa qualitativa é uma estratégia de campo que combina ao mesmo tempo a participação ativa com sujeito, observação intensa em ambientes naturais, entrevistas informais e análise documental. Ademais, por meio do que foi apurado, na pesquisa abordada, avaliou-se a partir das evidências o que foi apresentado.

Denzin e Lincoln (2006), afirmam que a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. Portanto, torna-se evidente compreender os dados, examinando o estudo da pesquisa feita, proporcionando melhor perspectiva e compreensão do problema. Entende-se então, que a forma que o estudo se caracteriza estar nos dados descritos, visando todas as características trazidas à tona no campo da metodologia.

3543

Foi realizado em uma escola campo de pesquisa no qual pertence à rede privada de ensino, situada na cidade de Escada-PE, na área urbana. Seu horário de funcionamento é das 07h30min às 17h30min, tendo as etapas da Educação Infantil e o Ensino Fundamental (Anos Iniciais). Em sua infraestrutura, 4 salas de aulas, 1 biblioteca, 1 área de recreação, 2 banheiros. Em docência tem 4 professoras, 1 gestora, e 50 alunos, sendo 3 especiais

A escolha dos sujeitos se deu pelo tempo de docência, e experiência com crianças especiais no âmbito educacional, foram observadas em sua prática pedagógica, três professoras que atuam no Ensino Fundamental, denominadas como P₁, P₂ e P₃. Após isso, foram entrevistadas individualmente.

Para a escolha das docentes foram adotados critérios, como por exemplo:

tempo de serviço e experiência na Educação Especial. Quanto à formação profissional que possuem: P₁ é Pedagoga e pós-graduada em Educação Especial, atua há 4 anos na área da

educação, sendo 8 meses na rede privada. P₂ é Pedagoga, já atua há 10 anos na rede privada; P₃ é Pedagoga atuando há 8 anos na educação, sendo 3 na rede privada.

ANÁLISES DE DADOS

Diante do contexto atual, existe muitas demandas na educação, uma delas é a inclusão inserida nas práticas diárias dos docentes. Toda prática educacional começa no planejamento e conclui-se no final dos objetivos alcançados na sala de aula, e para que isso seja realmente alcançado, é necessário adequar esses objetivos na realidade da turma, mediante essa problemática, precisa-se incentivar a formação adequada aos docentes. Quanto a isso, questiona-se: **Diante da sua docência, você acredita que a escola contribui para práticas inclusivas? Justifique:**

Quadro 1

SUJEITOS	RESPOSTAS
P ₁	Sim.
P ₂	Sim, pois temos que ter uma didática unificada para todos.
P ₃	Sim.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Conforme as respostas dos docentes, compreende-se que P₁ e P₃ acreditam sim, que as escolas contribuem para as práticas inclusivas enfatizando sua docência. Já P₂ também acredita e enfatiza que se precisa ter uma educação unificada para todos. De acordo com Reis e Silva (2011, p.11), há uma ideia de que o docente deve aprimorar os conhecimentos sobre como lidar com as características individuais de cada aluno, a fim de planejar aulas que levem em conta tais informações e necessidades.

Portanto, torna-se evidente que as docentes em questão precisam dar ênfase no aprimoramento das práticas visando o desenvolvimento dos alunos e suas necessidades. Para que haja uma educação única para todos, independente de suas especificidades, questiona-se:

Quais atividades você realiza que faz a inclusão acontecer?

Quadro 2

SUJEITOS	RESPOSTAS
P ₁	Utilizando atividades lúdicas, brincadeiras e atividades adaptadas entre outras situações que possam ajudar no desenvolvimento da criança.
P ₂	Atividades lúdicas.
P ₃	Atividades em grupo: confecção de cartazes, pinturas, apresentações e brincadeiras.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Baseado nas respostas de P₁, P₂ e P₃, todas utilizam atividades para que essa inclusão aconteça, pois P₁ utiliza como ferramenta lúdica e adaptadas em situações que ajudam no desenvolvimento das crianças. Já P₃, gosta de utilizar de forma grupal, estimulando através de pinturas, brincadeiras etc., é importante salientar a importância do docente e das práticas inclusivas dentro da sala, para que os alunos se sintam parte naquele ambiente. Mantoan (2002), enfatiza: A inclusão é um conceito que emerge da complexidade, dado que a interação entre as diferenças humanas, o contato e o compartilhamento dessas singularidades compõem a sua ideia matriz.

Portanto, por meio das atividades lúdicas é ressaltado que a inclusão acontece, já que as práticas citadas possibilitam essa interação de forma significativa. Dando ênfase no individualismo e em atividades em grupo. fazendo com que a permanência seja desenvolvida de forma prazerosa, e não apenas mecanizada. Assim, pensa-se:

De que forma você estimula seu aluno no dia a dia? Justifique:

Quadro 3

SUJEITOS	RESPOSTAS
P ₁	Adequando atividades de acordo com às necessidades, promovendo momentos dinâmicos para incluir o aluno nas atividades propostas. Trabalho em grupo que possam dispersar a valorização e o respeito as diferenças.

P ₂	Incentivando constantemente, utilizando atividades diversificada com um ambiente prazeroso.
P ₃	Conversando sobre o tema.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Conforme afirma as professoras, P₁ diz que adequa as atividades de acordo com a necessidade, P₂ diz que incentiva constantemente, já P₃ fala que conversa sobre o tema. De acordo com Ainscow e Miles (2013), a inclusão é um processo no qual é necessário que todos os estudantes com necessidades especiais aprendam e isso se traduz em práticas educativas inclusivas. Portanto, torna-se evidente que P₁ e P₂ conhecem a respeito da importância de adequar e utilizar atividades adaptadas, e P₃ precisa buscar formas de inserir essas práticas no cotidiano. Assim, questionase: **Você acredita que uma criança neuro atípica pode aprender e se desenvolver?**

Quadro 4

SUJEITOS	RESPOSTAS
P ₁	Sim.
P ₂	Sim, no entanto precisa de adaptação específica no ambiente.
P ₃	Sim.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Conforme respostas das P₁, P₂ e P₃, todas afirmam que uma criança neuro atípica consegue aprender e desenvolver, no entanto apenas P₂ compreende que precisa das adaptações específicas no ambiente escolar. Sebastián Heredero (2010), afirma que por meio das práticas inclusivas almeja-se garantir condições para que todos os alunos aprendam e obtenham êxito na escolarização no ensino regular. Por isso, é importante mencionar que por meio das atividades adaptadas com objetivos definidos de forma correta, uma criança neuro atípica consegue

aprender e conseqüentemente desenvolver-se gradativamente em seu tempo. Assim, questionase: **A escola em que você trabalha está disposta a fazer a inclusão acontecer?**

De que forma?

Quadro 5

SUJEITOS	RESPOSTAS
P ₁	Sim. Buscando investir em materiais pedagógicos, criando um ambiente de cooperação e apoio com profissionais de apoio especializados.
P ₂	Sim.
P ₃	Sim. Através do planejamento adaptado para que possamos atender as necessidades dos nossos alunos típicos e atípicos.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Diante das respostas obtidas, P₁, P₂ e P₃ afirmam que a escola disposta a fazer a inclusão acontecer. Entretanto, P₁ continuou dizendo que também há um investimento em materiais pedagógicos, o que gera um ambiente de cooperação. E P₃ diz que a inclusão acontece na instituição através de um planejamento adaptado que atende as necessidades do aluno. Assim, conforme descrito na Lei de Diretrizes da Educação (Brasil, 2001, p.25-26): A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais. E isso precisa ser colocado em prática desde o ambiente da escola, até a sala de aula. A instituição precisa estar disposta a entender que a inclusão precisa acontecer em todos os lugares de funcionamento da escola de forma eficaz.

3547

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância do professor frente as práticas inclusivas é algo que torna a inclusão de fato direito do educando, uma vez que o docente é mediador do processo de aprendizagem do aluno, e ponte para as interações entre ele no âmbito educacional. A partir da pesquisa exposta, compreende-se que ainda há falta de conhecimento dos docentes em como adaptar as atividades, bem como na preparação de aulas que viabilizem as crianças público alvo da Educação Inclusiva.

Compreende-se também que por meio das análises feitas as práticas inclusivas são o melhor caminho ou o mais eficaz na inclusão de crianças nas turmas regulares e no cotidiano escolar.

Desta forma, apresenta-se como resultado que através das atividades adaptadas, o aluno passa a ser viabilizado, pois requer do professor um planejamento no qual garanta e valorize a especificidade de cada criança.

A hipótese foi confirmada, já que os dados coletados afirmaram que muitos docentes têm a inclusão como um desafio no dia a dia, o que gera ausência de um direito educacional. Da mesma forma que quando o professor atribui as suas aulas práticas inclusivas provavelmente haverá êxito na aprendizagem de forma significativa, ocasionando a inclusão da criança no ensino regular.

Diante disto, nota-se que a referida escola campo precisa buscar e continuar agindo de forma aberta, valorizando e estimulando o docente a buscar formas de inserir as práticas educacionais no cotidiano escolar, visando estimular a aprendizagem e o pertencimento das crianças do público alvo da Educação Inclusiva no Ensino Fundamental. Além disso, é cabível lembrar que o docente é o mediador importante neste processo, afinal, ele é responsável em agregar e somar nas atividades educativas dos discentes.

REFERÊNCIAS

3548

AINSCOW, M.; MILES, S. **Desarrollando sistemas de educación inclusiva**. Cómo podemos hacer progresar las políticas de educación? In: Giné, C. (Coord.). *La educación inclusiva. De la exclusión a la plena participación de todo el alumnado*. Barcelona: Horsori Editorial, S.L. 2013. p. 23-45.

BRASIL. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de educação especial – MEC: SEESP, 2001.

BRASIL. **ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei nº8069, de 13/07/90. Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei n.º 9394/96)**. 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto 3956/01**. Brasília, out. 1961.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **Introdução**: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (coleção cotidiano escolar).

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

REIS, Marlene B. de Freitas, SILVA, Lívia Ramos de Souza. **Educação inclusiva: O desafio da formação de professores.** Revista de educação, Linguagem e Literatura da UEG- Inhumas ISSN 1984-6576- v.3, n.1- março de 2011- p.07- 17 [www.ueg.inhumas.com./ revelli](http://www.ueg.inhumas.com./revelli).

SEBASTIÁN-HEREDERO, E. **A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares.** Acta Scientiarum. Education, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010.

UNESCO. Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção – Necessidades Educativas Especiais. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca. (1996).